VIII Simpósio Nacional de História Cultural
MEMÓRIA INDIVIDUAL, MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRIA CULTURAL
Universidade Federal do Tocantins – UFT
Araguaína – TO
14 a 18 de Novembro de 2016

SIGNIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO ÂMBITO DO PLANO DIRETOR DE ARAGUAÍNA NUMA PROPOSIÇÃO SEMIÓTICA DISCURSIVA

Elias da Silva*
Lillian Fonseca Fernandes**

INTRODUÇÃO

Ao observar a cidade de Araguaína, em especial seus espaços públicos e verdes, nos deparamos com um cenário questionador. Esse cenário se torna ainda mais intrigante quando relacionamos o aspecto ambiental com a área urbana, a qual nos remete certamente a pensar a natureza, em especial o elo existente entre a sociedade local e o meio ambiente urbano.

O crescimento econômico das cidades e a construção de um mercado ou atividade capaz de promover a subsistência de seus habitantes é quase sempre o grande objetivo quando se pensa as cidades no aspecto econômico. A ideia do comércio, economia, industrialização, são aspectos participantes da formação das cidades, mas que

* Professor Doutor, membro Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

** Mestranda do PPGCULT – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da UFT – Universidade Federal do Tocantins.

nem sempre levam em consideração o pensamento dos produtos e materiais relacionados à sustentabilidade, em especial o cenário e aspecto ambiental tão discutido atualmente.

Objetiva-se, assim, através desta pesquisa, analisar a relação socioambiental da população de Araguaína a partir das impressões colhidas pela análise da participação popular junto às discussões para a revisão do plano diretor de Araguaína. O relatório nominado como relatório participativo é a contribuição da população juntos aos seminários de discussão implementado no ano de 2016 para revisar a lei do plano diretor municipal.

No referido documento comporta as contribuições populares, ou seja, é o momento em que a população lança suas contribuições nesse processo em especial no que se refere a temática meio ambiente.

Do ponto de vista de uma abordagem interdisciplinar, lançamos a discussão de território a partir de (RAFFESTIN, 1993), além dos estudos advindos da geografia cultural (SANTOS, 2006); além da análise do corpus da pesquisa a partir da semiótica discursiva (LANDOWSKI, 2015)

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, documental com uso de análise do texto impressões emitido no relatório advindo da Prefeitura de Araguaína.

As seções do artigo organizam-se a partir das seguintes temáticas: reflexões sobre o questão ambiental, a dialética existente entre o homem e a natureza; além da contextualização da legislação em criação do plano diretor e do processo participativo popular; encerrando com a análise semiótica do relatório popular com a discussão da percepção ambiental nesse contexto.

A QUESTÃO AMBIENTAL, A DIALÉTICA HOMEM X NATUREZA

A percepção ambiental exige uma abordagem sobre a formação do território assim como as práticas relativas aos sentidos dados pelos sujeitos neste território.

A referência ao território no âmbito conceitual recebe uma importante contribuição em Raffestin, 1993, p. 143, que ao referir-se ao território afirma que este “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. A mencionada afirmação indica que território é um espaço organizado em que existem algumas informações, relações e

circunstancias capazes de dar sentido ao espaço, neste momento deixa de existir espaço e passa-se a existir o território formado por relações de poder e sentidos.

Quando pensamos território é inerente pensar o conjunto de relações construídas pela sociedade e que na visão de Raffestin, (1993), é a prisão que os homens constroem para si, para entender que este é criado por suas necessidades e conjecturas, diferentemente da ideia de espaço que é livre, é apropriado, constituído, e reproduzido em relações de poder.

A relação e interesses insculpidos no espaço que constroem o território reacende a necessidade de questionar o pensamento ambiental. Se território é relação de poder, certo é que a cidade é construída em resposta às relações e interesses, que aparentemente não contemplam o aspecto ambiental na sua mais objetiva concepção.

Na ideia de Santos, (2006) a configuração territorial entrelaçada com as relações sociais permitem pensar que a formação do território é composta pelos "sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais" Santos, 2006, p. 38, isso porque a participação do homem nesta conjectura interfere e altera o espaço criando relações cujos efeitos a paisagem permite visualizar e compreender.

Bernardes e Ferreira, 2015, p. 18 afirmam que a compreensão tradicional das relações entre a sociedade e a natureza, desenvolvida até o século XIX, vinculadas ao processo de produção capitalista, considerava o homem e natureza como polos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem.

A afirmação acima dá conta que nem sempre se pensa nos recursos naturais como fonte de recursos possíveis de esgotamento, o que acabou por promover a conotação de crescimento urbano dissociado das questões ambientais.

> No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. Santos, 2006, p. 39.

A necessidade de praticar o desenvolvimento e o entendimento de que o território é viável com a participação do homem, além de cada vez menos existir a preocupação ambiental é que houve a sensível promoção da discussão tecida neste momento.

Quando pensamos na relação do homem com o meio ambiente temos a ideia de Moraes, 1994, p. 74, ao afirmar que "o relacionamento do homem com seu ambiente é equacionado no bojo de relações sociais historicamente determinadas", o que podemos entender que a configuração territorial em especial inserida ao meio ambiente induz a resposta da sociedade para o tema.

Para Pádua, 2010, p. 2, a mencionada discussão está inserida de forma categórica com o avanço da tecnologia, assim:

> O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científicotecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica desse campo cultural complexo.

O campo cultural mencionado é o História Ambiental surgida a partir das discussões do tema no início da década de 1970, traz a reflexão não só da discussão da preservação ambiental mas a discussão do pensamento do homem sob esse enfoque. Nesse entendimento Pádua, 2010, p. 3, elenca três situações que merecem particular atenção: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

A abordagem tecida é essencial para pensarmos que nem sempre houve a discussão do tema meio ambiente inserido no contexto histórico e cultural da sociedade. Partindo dessa afirmação a apropriação da natureza é uma resposta dos anseios do homem em sua vida.

O pensamento de que os recursos naturais não são infinitos e que o seu mau uso e má apropriação consideraria o fim da sua própria existência trouxe à baila as discussões por parte dos movimentos ambientais desaguando inclusive no que se nominou como revolução ambiental datada do final do século XIX, Bernardes e Ferreira, (2015).

Passou-se a pensar os aspectos ambientais tanto pelo viés econômico como social, imaginando que não era possível prevê o crescimento urbano sem levar em consideração a manutenção dos recursos naturais inerentes à satisfazer a condição humana.

PLANO DIRETOR DA CIDADE DE ARAGUAÍNA: LEGISLAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR.

As associações de interesses assim como a expressão de vontades quando estão relacionadas à construção das cidades deveriam sempre prezar pela qualidade e bem estar de todos os sujeitos envolvidos nesta dinâmica. Neste sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil em seu capítulo II trata da política urbana e traz como texto do artigo 182 que o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

A política de desenvolvimento urbano prevista no texto constitucional impõe aos Municípios com mais de 20.000 (Vinte mil) habitantes a obrigatoriedade de realizar o plano diretor municipal que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. O mencionado dispositivo fora regulamentado pela Lei de nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nominada como Estatuto das Cidades e estabelece diretrizes gerais da política urbana e da outras providencias.

O Estatuto das cidades é lei responsável por tornar mais efetiva a necessidade dos municípios realizarem a norma local no que se refere ao plano diretor municipal, não só pensando no efetivo desenvolvimento mas abarcando reais e efetivos problemas inerentes ao crescimento das cidades e prevê em seu *caput* que:

> Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

A mencionada norma impõe a preocupação do direito à cidade com o maior nível de equilíbrio ambiental possível, em especial o direito à terra e à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana ao transporte e demais serviços públicos.

Imaginarmos o desenvolvimento urbano e a expansão das cidades com base na realidade de Araguaína percebemos inúmeros e vastos problemas que são contrários às políticas urbanas previstas no Estatuto das Cidades.

A cidade de Araguaína, coincidentemente chamada de Capital Econômica, foi, na década de 60, cenário da frente pioneira que tinha como objetivo a industrialização desta região, a exemplo da primeira indústria situada na cidade de propriedade da família Boa Sorte na pessoa do Sr. Benedito Vicente Ferreira. De acordo com Silveira (2009), a Indústria encerrou suas atividades no ano de 1970 devido a morte de um dos sócios e pelo esgotamento da matéria prima, mas não deixou morrer a necessidade de fomentar a economia local, seja com outras atividades a exemplo da pecuária.

O avanço e a promoção do interior se deram de forma mais evidente com a criação da Belém Brasília, ou seja, BR 153, responsável por promover o desenvolvimento do antigo norte goiano. Neste sentido entendemos que:

> Com a criação do estado de Tocantins em 1989, Araguaína tornou-se a maior cidade do Estado e pretensa capital do Estado que estava nascendo, não foi escolhida devido a fatores geográficos, sociais e políticos, mas ganhou o carinhoso título de Capital Econômica do Estado, sendo atualmente a principal força econômica do Estado. (IBGE)

Reconhecida como a maior economia realizada no Estado possui como práticas comerciais a pecuária e a agricultura e nesse contexto é inserida e reconhecida por muitos como local forte e economicamente viável.

> O PIB de Araguaína é predominantemente de serviços, embora com a vinda de faculdades para o município estimularam a construção civil e suas respectivas indústrias. Araguaína é cercada de grandes, médias e pequenas fazendas, que impulsionam o desenvolvimento econômico da cidade através da agricultura e da pecuária, e fazem com que os serviços ligados à agroindústria sejam a base da economia do município. TECHNUM CONSULTORIA. (2016).

Com base nos dados datados de 2010 do IBGE enquanto a área urbana contem uma população de 142.925 (Cento e quarenta e dois mil novecentos e vinte e cinco), a área rural comporta apenas 7.559 (Sete mil quinhentos e cinquenta e nove), ou seja, um número considerável para se administrar, organizar e pensar esta cidade.

Nesse contexto deve ser inserido o Plano Diretor que na cidade de Araguaína foi realizado pela primeira vez apenas no ano de 2005 exarando a lei vigente neste momento de nº 2.424/2005.

Pensar em política de desenvolvimento em nível municipal, somado à expansão urbana deve exigir um esforço considerável de vários agentes sociais e econômicos no

âmbito municipal. Juridicamente e textualmente é perceptível que a cidade de Araguaína está cumprindo o comando constitucional uma vez que no ano de 2016 o Plano Diretor passa por sua revisão e neste sentido o mesmo atende a politica de revisão textual.

O texto do Plano Diretor foi revisado com a discussão conforme plano de trabalho programado pelo Poder Público sendo o Seminário inicial realizado no dia 03 de Março de 2016, além de 4 (quatro) seminários no mês de Abril de 2016, realizados por região urbana da seguinte forma: na norte: Praça Iguaçu, Setor Araguaína Sul; região Sul: Colégio Municipal Manuel Lira (Nova Araguaína); região Leste: Creche Santa Clara (Alto Bonito); região Oeste: Escola Municipal João de Sousa Lima (Setor Couto) encerrando com a audiência pública final no dia 22 de junho de 2016.

As mencionadas reuniões foram subsídios para a formulação do atual anteprojeto de lei complementar de revisão do plano diretor que tem em seu texto como tema prioritário e estratégia a preservação ambiental, nos termos do artigo 6º do referido anteprojeto. A preservação ambiental vem esclarecida no texto em análise no artigo 8º que prevê a proteção e a valorização do meio ambiente natural e construído mediante algumas condutas como a integração do ambiente natural e artificial aos aspectos sociais e culturais locais e ainda a recuperação das áreas ambientalmente degradadas dentre várias outras.

Em que pese a previsão constante no mencionado artigo da proteção ambiental, o questionamento e a discussão essencial neste momento é, qual a significação ambiental presente no plano diretor, de posse da análise das discussões tecidas pelos gestores públicos e discussões com a população residente na cidade de Araguaína.

A SEMIÓTICA DISCURSIVA E A SIGNIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A apresentação da modificação e discussão do meio ambiente, além do pensamento da preservação inserido no contexto das cidades em desenvolvimento, remete-nos a analisar o formato das discussões realizadas no âmbito do plano diretor da cidade de Araguaína-TO.

A utilização da semiótica discursiva neste momento é elemento capaz de nos apresentar o sentido ou a significação da relação socioambiental inserida no plano diretor através da participação da população.

A percepção do meio ambiente é algo elementar para se pensar em uma significação socioambiental. Nem sempre há a necessidade de discutir o que é meio ambiente, e quais os seus impactos sociais e objetivos na vida de cada indivíduo, por tal, razão talvez seja essa a premissa que partimos para entender porque tão pequena fora a discussão dos aspectos ambientais no plano diretor da cidade.

O *corpus* da pesquisa são os relatórios de participação da população nominado pelo poder público municipal como processo participativo, que serão analisados através da semiótica discursiva em um processo de esclarecimento dos resultados em especial a construção social dos sentidos.

Nesse cenário Landowski (2014) apresenta as interações como sendo pilares para a descoberta e explicação dos sentidos, apresentando inclusive o que nominou de regime de interações, divididos entre: programação, manipulação, ajustamento e acidente.

Com acesso ao referido documento que refere-se ao chamado processo participativo – situações atuais e proposições preliminares, nos deparamos com dados que merecem análise.

Dos quatro seminários realizados, a participação popular deu-se com a presença em sua grande maioria de estudantes, professores das escolas que estavam recebendo os seminários, assim como os servidores públicos municipais, sendo que em termos de percentual a presença de pessoas que se nominavam como residentes em Araguaína e sem vínculo algum às instituições públicas, não passaram de percentual mínimo.

Com base nos regimes de interações discutidos por Landowski (2014) é possível trazer a menção o contato do homem com os diversos segmentos e participações populares, uma vez que a conceituação dos mesmos que nos apresentar a possibilidade de perceber o agir, ou o fazer dos sujeitos, e que diz muito sobre as relações humanas.

Os regimes de interações são percebidos nesse contexto, e sendo assim, abordá-los mesmos que rapidamente é condição precípua da presente análise. Inicialmente a *programação* que segundo Landowski (2014), que seriam a possibilidade de realização de práticas já direcionadas oriundas de um contexto social, ou de uma propagação cultural que induz certo tipo de comportamento que passa a ser praticado fruto da reiteração percebida e que advém de forma externa.

De forma oposta, quando o comportamento é fruto do trabalho de persuasão, convencimento, passando pela interioridade do sujeito, estamos diante da *manipulação*,

para Landowiski (2014), é a existência da intencionalidade que possuem a ligação das razões do sujeito e das motivações que justificam a manipulação, que ainda necessidade da presença de dois sujeitos para se concretizar.

Sobre o *ajustamento*, segundo Fachine e Neto (apud Landowski, 2014, p.7):

> Está na relação entre os actantes e nas transformações que neles se operam tão somente por sua co-presença sensível; o sentido aqui depende da intervenção de um sobre o outro enquanto corpo e como corpo (co-presença). A interação não mais se fundará sobre o fazer crer, mas sim sobre o fazer sentir – não mais sobre a persuasão, mas sim sobre o contágio.

Ou seja, é a partir do sentir, que não necessariamente depende do agir do outro, mas sim do sentido, sentimento, ou entendimento que passa a sentir o sujeito, motivo que o ajustamento é possível através da emoção, sentimento ou sensação capaz de transformar, ou até mesmo da ocorrência de uma parceria entre os sujeitos.

E por fim, no último regime tratado de forma resumida no presente momento é o *acidente*, que esta fundado na imprevisibilidade, aleatoriedade, ou seja, é a ocorrência de um cruzamento de situações em que não se pode prevê ou precisar a causa ou a finalidade, desse fato dá se o nome de acidente para Landowski (2014).

Insta esclarecer que a apresentação dos regimes de interações explicitados nesta oportunidade não são estudados de forma aleatória ou distante de outros conceitos inerentes à semiótica. Contudo, pelas afirmações lançadas, e em aplicação à análise dos relatórios existentes na discussão do plano diretor da cidade de Araguaína, é possível perceber de forma evidente quão estanque é a participação popular neste processo.

A interação existente da análise do documento objeto da análise se amolda perfeitamente à manipulação que é nesse ponto entendida como algo em que se age com a intenção de obter determinado resultado que é fruto da persuasão praticada na relação.

Realizar seminários de nome participativo, mas sem a participação de número considerável de residentes da cidade para discutir um plano diretor, é certamente algo intencional, que pode ser percebido com a simples análise dos dados coletados pelo próprio poder público.

Em cada seminário realizado pelo poder público foi aberta a fala para a participação e contribuição popular, que foi dividida em alguns seguimentos como:

Acessibilidade/Mobilidade, Infraestrutura, Saúde, Meio Ambiente, Lazer, Proposta de Zoneamento.

Com tais critérios, o que exemplifica a aplicação do regime de integração manipulação, percebe-se que da tão minimamente quantificável participação popular nos referidos seminários, e ainda quando estreitamos mais a análise para perceber a preocupação ambiental dos participantes nos deparamos com a seguinte afirmação no critério selecionado para o meio ambiente.

Sobre o meio ambiente:

> 1 - Maior cuidado com os banhos das chácaras (barramentos).

Das considerações realizadas no seminário norte, esta foi a consideração sobre o meio ambiente.

Já as contribuições no seminário sul foram:

> 1 - bairros ocupam áreas de nascentes que, por consequência, foram suprimidas em muitos lugares.
>
> 2 - Mais áreas verdes na cidade.

No seminário Leste temos:

> 1 - Há muita erosão no setor, e o referido Residencial em decorrência das erosões está ocasionando assoreamento no Córrego Lontra. Há muito matagal por não ser habitado, se tornando perigoso para a população desde a parte de saúde quanto de segurança.
>
> 2 - Problema de erosão causando assoreamento no córrego Lontras (em área da Prefeitura).
>
> 3 - Assoreamento do Rio Jacuba – Rio sofrendo grandes impactos e sofrendo alteração do solo urbano. Ex.: Clube Conceara.
>
> 4 - Regiões de chácaras com muito cerrado está acabando por causa dos loteamentos.
>
> 5 - Problema na ocupação na região perto do lago por causa da grande quantidade de cursos d'água.

E por fim as considerações perante o seminário Oeste que foram:

> 1 - Ponto de Nascentes. Proposta: mais fiscalização do poder público em relação a comunidade neste pontos pois estão sendo usados como esgoto e assoreamento e depósito de lixo e aterramento para construção.
>
> 2 - Rios dentro da cidade que são utilizados por moradores como fonte de esgoto.

3 - Hospitais jogam águas dentro dos rios

4 - Poluição – causam doenças

5 - Situação dos rios - durante as enchentes a água dos rios invadem as casas deixando várias famílias desabrigadas.

As considerações apresentadas foram tanto na modalidade oral quanto na modalidade escritas, dentre todos os quesitos lançados o momento destinado para a discussão dos aspectos ambiental inerente à sociedade não foram tão extensos. Nota-se que a baixa participação popular ocasionada por inúmeros fatores, como falta de divulgação por parte do poder público, somado à realização dos seminários em horário comercial pela manhã e ainda vários empecilhos no que dizem respeito ao tempo destinado para as discussões, motivo que comprometeu-se categoricamente as discussões sobre as previsões do plano diretor em Araguaína.

Os aspectos ambientais mencionados nem de longe dão conta da necessidade social de Araguaína, o que se percebe pela tímida menção dos fatores relacionados ao meio ambiente por parte pouca participação popular nas referidas discussões.

Nesse cenário a semiótica discursiva indica que as interações tendem a ser resultado de alguns fatores, no caso em análise nota-se que a discussão trazida pelo poder público não possuía uma finalidade aberta de propagação das ideias, o que nos faz entender que de fato há encaixe da referida realidade ao conceito da *manipulação*, uma vez que o resultado era esperado, e a ocorrência da persuasão e do sentido indicava a forma como tal situação iria ocorrer, é a prática da persuasão como afirma Landowisk (2014) que não permitia haver uma efetiva discussão entre os sujeitos, capaz de pensar a realidade local no que pertine ao meio ambiente no âmbito do plano diretor da cidade de Araguaína, o que provavelmente ocasionará a conclusão de uma legislação tímida e carente de pensamento ambiental, e a confirmação de que tal fator talvez não é de interesse local primordial como se observa nas análises praticadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste artigo foi construir uma abordagem sobre as significações socioambientais fruto da participação popular junto à revisão do Plano Diretor de Araguaína. Com a utilização do conceito de território foi possível perceber que o território constituído é fruto de relações que são firmadas por pessoas que ali exprimem seus interesses.

Na referida definição o conceito de território nos remete a importância lançada às questões ambientais no contexto da realidade de Araguaína, e nesse sentido foram percebidos alguns significados, isso porque sob o uso da semiótica discursiva e ao analise o relatório participativo foi notado que: 1. Uma tímida participação popular, o motivo ou fundamento são frutos de alguns fatores que não foi possível desenvolver neste momento, porém, é notável a tímida participação popular; 2. Das contribuições populares é perceptível de forma tímida a participação da população em busca das contribuições ambientais, já que não foi possível notar a generalidade ou prioridade de tal indicação por parte dos sujeitos em análise.

Ao manipularmos os elementos técnicos, relatórios, conceitos foi possível identificar que a questão ambiental ainda não está devidamente inserida nas discussões à luz da legislação das cidades e no presente caso no plano diretor municipal.

Somado a isso, temos ainda que as prioridades dos poucos sujeitos inseridos nessas discussões não tem a questão ambiental como algo primordial, o que nos fez questionar e concluir pela fragilidade da significação socioambiental da população de Araguaína nos espaços públicos e nos instrumentos legais, em especial o analisado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGUAÍNA. **Lei Municipal Plano Diretor de Araguaína: Lei 2424/2005**. Disponível em: < http://leis.araguaina.to.gov.br/lei/2424/611.aspx>. Acesso em: 10 out. 2016.

ARAGUAÍNA. **Minuta do Anteprojeto de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor de Araguaína**. Disponível em: < https://planodiretor.araguaina.tk/Arquivos/MinutaDoAnteprojeto.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de M.. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T.; (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 17 - 42.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

FECHINE, Yvana; NETO, João Pereira Vale. **Regimes de interação em práticas comunicatvas: experiência de intervenção em um espaço popular em recife (pe)**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 novembro. 2016.

LANDOWISKI, Eric**. Interações Arriscadas;** trad. Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2014. 128 p.

MORAES, A. C. R. (1994) meio ambiente e ciências humanas, São Paulo, Hucitec, 1994.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. 2010. Dossiê teorias psocioambientais. Estud. av. vol.24 nº. 68. São Paulo.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVEIRA. M. C. B, **Herdeiros de Sísifo: Trabalho e Trablhadores no norte do antigo Goiás (1960-1975)**. 2009. 228 f. Tese de doutoramento em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TECHNUM CONSULTORIA. **Revisão do Plano Diretor de Araguaína/ TO** – Produto 2 – Relatório. Processo Participativo. 2016.